

**A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA:
FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA
PROPOSTA DE RESPEITO ÀS DIFERENÇAS.**

Michele Ignacio Pires
Orientadora: Profª Drª Aura Helena Ramos
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – FEBF/UERJ
Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação.
Pesquisa, Formação de Professores e Trabalho Docente
Pôster

RESUMO

O estudo aborda a Educação Sexual na Educação Infantil e a formação continuada de professores sobre o tema, com um recorte de experiências da rede pública municipal de ensino de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro. Pretende-se analisar como as manifestações da sexualidade na infância são percebidas e tratadas pelos professores e se existem ou não políticas públicas direcionadas para a formação continuada nessa temática, tendo como categorias de análise as abordagens de Educação Sexual apresentadas por Jimena Furlani. O trabalho propõe a construção de uma Educação Sexual em uma abordagem dos Direitos Humanos, fundamentada nas reflexões da mesma autora supracitada, considerando as salas de aula de Educação Infantil como espaços privilegiados para favorecer o desenvolvimento integral da criança considerada como sujeito de direitos. Esse enfoque é caracterizado por uma visão pós-crítica e pela promoção de ações pedagógicas preventivas de preconceitos e abordagens estereotipadas quanto a questões sexuais e de gênero, questionando o determinismo biológico e favorecendo o respeito às diferenças de raça e etnia, de crenças religiosas, de classe social, etc.. É possível destacar, provisoriamente, a observação de lacunas no que se refere à inclusão da educação sexual nos currículos desde a educação infantil, a ênfase no senso comum ou em opiniões individuais nas abordagens práticas sobre o tema e a falta de continuidade ou investimento em formação continuada de professores.

Palavras-chave: Educação Infantil; Educação Sexual; Infância; Formação Continuada; Direitos Humanos.

A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA PROPOSTA DE RESPEITO ÀS DIFERENÇAS.

1. Introdução

A temática apresentada pelo presente trabalho envolve a Educação Sexual em salas de aula da Educação Infantil e a formação continuada dos professores desse segmento sobre o referido tema. Constituem objetos de estudo, portanto, o processo de desenvolvimento e manifestação da sexualidade nos primeiros anos de vida e a capacitação, ou não, que os professores têm para lidar com isso, bem como a apresentação e estudo de uma abordagem de Educação Sexual em uma proposta de respeito às diferenças, inspirada em uma visão pós-crítica. As experiências de professores do município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, comporá nosso recorte específico.

A partir da Constituição de 1988, a criança brasileira de 0 a 6 anos começa a ser considerada como sujeito de direitos, para quem o Estado deveria garantir a educação. Logo após, em 1990, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente, outro marco que permitiu que a criança fosse englobada como cidadã participe dos Direitos Humanos. Enfim, em 1996, a Educação Infantil aparece na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) como primeira etapa da Educação Básica, responsável por promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade e complementar a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996)

A inserção da Educação Infantil na Educação Básica representou o reconhecimento da importância e vantagens da educação formal desde a primeira infância e abriu espaço para outras regulamentações importantes, como, por exemplo, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. (BRASIL, 1998)

Após esse brevíssimo recorte histórico da Educação Infantil em nosso país, é possível dar um passo adiante nas reflexões sobre a temática inicial.

Constata-se que a criança passa a ser apreciada como sujeito de direitos e há a preocupação com seu desenvolvimento integral, sendo destacada, inclusive, a necessidade das crianças desenvolverem a capacidade de conhecer e respeitar seu próprio corpo, “desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar” (BRASIL, 1998a, p. 63, v. 1).

É difícil pensar sobre desenvolvimento integral do ser sem citarmos os processos de descoberta, desenvolvimento e manifestações da sexualidade desde os primeiros anos de vida. As instituições de Educação Infantil, responsáveis, como já foi dito,

por complementar a ação da família e da comunidade na formação de cidadãos íntegros devem participar com os seus alunos desse processo de vivência da sexualidade de maneira saudável, recebendo suas dúvidas e interesses e ensinando o respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro, favorecendo, além disso, o respeito à diversidade.

Segundo Vygotsky (1996), a criança como todo ser humano é um sujeito biológico, social e histórico, que se constitui na interação com o outro no espaço social. Ora, se as crianças se desenvolvem na troca com o coletivo, as salas de aula de Educação Infantil podem ser consideradas espaços privilegiados no que diz respeito às possibilidades de construção de uma Educação Sexual baseada, como será proposto nesse trabalho, em uma abordagem dos Direitos Humanos (Furlani, 2011). Tal abordagem é caracterizada pelo compromisso com a construção de uma sociedade que respeite às diferenças sexuais, de gênero, de raça e etnia, de crenças religiosas, de classe social, etc.

Desde a abordagem da educação infantil como um segmento constitutivo da escolaridade formal, até o tratamento de temas relacionados à sexualidade como pertinentes à infância, estamos diante de questões sobre as quais a escola tem ainda uma experiência muito recente. Se a exigência de formação pedagógica para educadores que atuam na educação infantil é algo que ainda é um projeto por se realizar, faz sentido nos indagarmos sobre que condições esses profissionais possuem para tratar de forma adequada a sexualidade infantil e suas primeiras manifestações e delimitar os princípios norteadores de suas ações de forma consciente.

É necessário, portanto:

discutir, como primeiro ponto, o direito à Educação Sexual. Nesse sentido, mesmo que reconheçamos que os cursos de formação não habilitem, adequadamente, professoras/es para o trabalho de Educação Sexual na escola, a formação continuada pode e deve buscar suprir essa lacuna. (FURLANI, 2011, p.28)

Há duas motivações principais para a escolha do tema e que conferem relevância ao mesmo. Primeiramente, considerando a sexualidade como um elemento humano que se manifesta desde o nascimento até o fim da vida, espera-se que a escola inclua em seus currículos a educação sexual em todos os níveis de escolarização com o objetivo de formar crianças sexualmente saudáveis. Em minha experiência como educadora no município de Duque de Caxias, não foi possível verificar que tal afirmativa se traduza em realidade na Educação Infantil, constituindo uma motivação para o presente estudo.

Além disso, também é fundamental salientar o segundo ponto que motiva o presente trabalho: a partir de uma observação durante meus anos de experiência em Educação Infantil em Duque de Caxias, foi possível constatar que questões recorrentes entre os alunos, relacionadas à percepção do próprio corpo, descobrimento do prazer genital,

reprodução de estereótipo de gênero e preconceitos, dúvidas sobre a concepção dos bebês e sobre a dinâmica das relações afetivas, etc., geralmente são tratadas com ênfase no senso comum ou em opiniões individuais.

A falta de continuidade e investimento na formação dos professores não favorece uma tomada de decisão a partir da reflexão qualificada sobre os múltiplos discursos existentes e que permita contestar os padrões muitas vezes naturalizados na sociedade contemporânea. Segundo Candau e Sacavino (2011, p.35), atualmente “a urgência da construção de novos paradigmas para a educação, que ofereçam respostas adequadas para a complexa problemática de nosso tempo se faz cada dia mais urgente”.

Portanto, objetivo abordar a temática da educação sexual, entendida como forma de favorecer um desenvolvimento integral da criança considerada como sujeito de direitos, investigando iniciativas de formação continuada de docentes da Educação Infantil.

A investigação tem como objetivos específicos:

- Analisar o modo com que educadores e educadoras que atuam na Educação Infantil compreendem a educação sexual nesse segmento, destacando o que identificam como temas e aspectos relevantes, problemáticos e desafiantes para atuação na área;

- Identificar o modo com que educadores e educadoras lidam com questões relativas à sexualidade, em sua prática junto a crianças da Educação Infantil;

- Analisar em que medida e com que abordagem/perspectiva temas relativos à sexualidade infantil são contemplados em experiências voltadas para a formação continuada de educadores/as da Educação Infantil;

- Identificar aspectos relevantes para uma abordagem de Educação Sexual voltada para a Educação Infantil que favoreça alternativas de desenvolvimento de ações pedagógicas preventivas de desigualdades sexuais e de gênero, questionando o determinismo biológico e promovendo o respeito às diferenças.

A metodologia pretendida no presente projeto é a análise bibliográfica aliada à pesquisa empírica de caráter qualitativo.

Conforme já explicitado, nosso recorte específico da pesquisa será o segmento de Educação Infantil do Município de Duque de Caxias, destacando como importantes elementos empíricos, observações ordenadas do cotidiano escolar de algumas creches e pré-escolas municipais, entrevistas semiestruturadas com professores, bem como com representantes da Secretaria Municipal de Educação e análise documental de material elaborado pela mesma e que se refiram à formação continuada de professores.

2. Discussão teórico-conceitual

O presente projeto intenciona discutir uma abordagem de Educação Sexual na Educação Infantil em que haja uma promoção do respeito às diferenças, alicerçada nos princípios dos Direitos Humanos. Além disso, objetiva analisar as abordagens concernentes à Educação Sexual vigentes na prática de educadores/as da Educação Infantil.

A multiplicidade de discursos contemporâneos sobre a sexualidade torna necessária uma definição de um referencial teórico para que entendamos as principais abordagens que vigoram nos dias atuais.

2.1 – Abordagens para Educação Sexual

Furlani (2011) apresenta oito abordagens de Educação Sexual, ponderando que o profissional docente, em sua prática, não costuma considerar necessária uma definição de um referencial teórico que o oriente e contra-argumenta:

Debruçar o olhar, teórico e didático, sobre essas abordagens tem uma grande implicação educativa e política para o trabalho docente. Entendo que cada uma delas pressupõe uma concepção de educação, um entendimento de sexualidade e de vida sexual humana, um entendimento de valores morais e éticos de vida em sociedade, um entendimento de direitos e de sujeitos merecedores desses direitos e, sobretudo, cada uma dessas abordagens define a prática docente e o perfil da/o professora/or que pensará, planejará e desenvolverá essa educação sexual. (FURLANI, 2011, p.15)

Sendo assim, fundamentaremos de forma sucinta, duas das oito abordagens de Educação Sexual apresentadas por Furlani (2011), levando em consideração a abordagem mais disseminada na educação formal brasileira e, por outro lado, a que nos aproxima do intento de alcançar uma educação sexual voltada para o respeito às diferenças.

2.1.1 – Abordagem biológico-higienista

É a abordagem que prevalece na educação formal brasileira e baseia-se na biologia essencialista. Possui um enfoque na promoção da saúde e estudo da reprodução humana, e é fundamentada no determinismo biológico. Segundo Furlani (2011, p.25), as premissas do determinismo biológico contribuiram e ainda contribuem para “a naturalização das desigualdades sexuais e de gênero”.

A sexualidade humana certamente passa pela esfera biológica, porém, essa abordagem, que leva em consideração a saúde sexual, não poderia ser a única, “implicando em um currículo limitado e reducionista” (FURLANI, 2011, p.16). Para Guacira Louro (1999,

p.140), a predominância dessa perspectiva pode, inclusive, “rodear o exercício da sexualidade de uma aura de perigo e de doença”.

Outro aspecto importante para ressaltarmos, é que essa abordagem biológico-higienista reforça a opinião de que a Educação Sexual teria como público-alvo os adolescentes, não levando em consideração as inúmeras vantagens em se formar pessoas sexualmente saudáveis desde a infância. Ademais, segundo Furlani (2011), ainda há uma tendência nessa abordagem que considera, inclusive, pernicioso a educação sexual na infância, pois poderia estimular precocemente as crianças pequenas, incentivando a prática sexual. Ainda segundo a autora, esses entendimentos “não são verdadeiros e, na educação sexual e na formação docente, merecem ser problematizados, questionados, relativizados” (FURLANI, 2011, p.16).

Apoiando os argumentos de Furlani, podemos citar Haffner (2005, p.20), que elenca alguns pontos para que crianças sejam consideradas como sexualmente saudáveis: “se sentem bem com seus corpos”; “entendem o conceito de privacidade”; “tomam decisões adequadas à sua idade”; “ficam à vontade para fazer perguntas” e “se sentem preparadas para a puberdade”.

2.1.2- Abordagem dos Direitos Humanos

A Educação Sexual abordada pela perspectiva dos Direitos Humanos implica ações pedagógicas voltadas para o questionamento do contexto social, cultural e político em que vivemos. Segundo Furlani (2011, p.23), tal abordagem está dentre as quatro que mais se aproximam do “reconhecimento da diferença como positiva e benéfica a um mundo que se encontra no terceiro milênio”.

Os Estudos Culturais e o Pós-Estruturalismo alicerçaram reflexões sobre as diferentes identidades culturais e de como, a classe social não era a única, nem tampouco a mais importante, explicação para os processos de desigualdade e exclusão social. Sendo assim, a discussão dos Direitos Humanos, relativas à exclusão ganharam novos contornos e:

A partir da segunda metade do século XX, principalmente os movimentos sociais mostraram que os mecanismos de desigualdades e injustiças articulavam-se a múltiplos marcadores sociais: sexo, gênero, sexualidade, raça, classe, geração.

Dentre esses marcadores, os homens e as mulheres pertencentes às identidades subordinadas tinham não apenas seu estado de “sujeito de direitos” violados, mas também eram “vítimas” de específicos modos de discriminação, preconceito e violência, decorrentes de cada identidade cultural. (FURLANI, 2011, p.24)

Essas questões relacionam-se intrinsecamente com a educação formal, já que se considera “o contexto educacional como campo não apenas de produção e reprodução das representações excludentes, mas também como local de contestação e resistência de grupos subordinados” (FURLANI, 2011, p.23).

A educação fundamentada nesses alicerces, vale ressaltar, é assumidamente política e vai contra a ideia da Escola como espaço de neutralidade. Paulo Freire (1996) dizia: “Não junto a minha voz à voz dos que falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da “justa ira” dos traídos e dos enganados”.

Nesse sentido, a educação sexual abordada pela ótica dos direitos humanos tem como compromisso a busca pela construção de uma sociedade menos desigual e mais humana. Um dos primeiros passos para tal consiste em dialogar sobre o respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro, promovendo o respeito à diversidade.

A abordagem dos Direitos Humanos, assim sendo, necessita traduzir-se na implementação de processos educativos desde as primeiras etapas da escolarização, para promover a aprendizagem e o reconhecimento dos direitos, desenvolvendo a consciência de sujeito de direitos e favorecendo a criação de uma cultura de Direitos Humanos.

3. Considerações Finais

As leis brasileiras, a partir de 1988, reconhecem a criança como sujeito de direitos e, mais adiante, a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, responsável pela promoção do desenvolvimento integral do ser.

Levando-se em consideração que os processos de descoberta e vivência da sexualidade são inerentes aos seres humanos desde o nascimento e são, portanto, uma importante esfera do desenvolvimento saudável do ser, aponta-se para a necessidade de discutir-se o direito à Educação Sexual desde os primeiros anos de escolaridade e suas abordagens.

Porém, é possível destacar, provisoriamente, a observação de lacunas no que se refere à inclusão da educação sexual nos currículos desde a educação infantil, a ênfase no senso comum ou em opiniões individuais nas abordagens práticas sobre a questão e a falta de continuidade ou investimento em formação continuada de professores.

Sendo assim, percebemos o potencial de se continuar investigando o tema, destacando como elementos a ser aprofundados: o modo como os profissionais da Educação Infantil refletem e abordam as questões relativas à Educação Sexual; a formação continuada e suas abordagens; e aspectos relevantes para uma abordagem de Educação

Sexual voltada para a Educação Infantil caracterizada pelo compromisso com o respeito às diferenças sexuais, de gênero, de raça e etnia, de crenças religiosas, de classe social, etc.

4. Referências Bibliográficas

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

_____. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURLANI, Jimena. *Educação Sexual na Sala de Aula: relações de gênero, orientação sexual, e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HAFFNER, Debra W. *A criança e a educação sexual*. Lisboa, Portugal: Presença, 2005.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação – Uma perspectiva pós-estruturalista*. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.